



**ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Professor Rinaldo e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PDB) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *“Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Dezesete da Décima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: E-mail Transfere gov.br; Ofício nº 673/2025, da Presidência da República. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Caravina, Zeca do PT, Pedro Kemp, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Antonio Vaz, Mara Caseiro, Renato Câmara, Gleice Jane, Lidio Lopes e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Pedrossian Neto e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o Deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 114/2024, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 224/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 232/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 39/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes e outros. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçadas aos familiares de Sireunise Camargo Dorta, Maria Eduarda Sotolani e Kleberson Trevisan Pires; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique, endereçada aos familiares de Valdir Vanderlei Vieira; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Luiz Morisson Fernandez; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada a toda a equipe do Hospital de Amor de Nova Andradina, na pessoa de seu diretor, senhor Ademar Capuci, pelo lançamento da campanha Março Lilás, que tem como objetivo promover ações especiais de prevenção ao câncer de colo de útero; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao Jornalista José Roberto Moura Alves, de Campo Grande, administrador do grupo no Facebook 'Mato Grosso do Sul no Coração da Gente II', pela contribuição do referido grupo para a valorização da cultura sul-mato-grossense, por meio da divulgação das potencialidades do estado; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Grupo TEZ, em reconhecimento*



*aos seus 40 anos de trajetória na militância contra a discriminação racial e na promoção da igualdade étnico-racial no estado; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçadas a Mateus Sivieri Pistori, aluno do 2º ano do Colégio Montessori, em Campo Grande/MS, pela conquista da medalha de ouro no International Talent Mathematics Contest 2025 (Concurso Internacional de Talentos em Matemática), e José Ary Cavalheiro Ribeiro Ramires, aluno do 2º ano do Colégio Montessori, em Campo Grande/MS, pela conquista da medalha de bronze no International Talent Mathematics Contest 2025 (Concurso Internacional de Talentos em Matemática), realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro, em Bangkok, capital da Tailândia, elevando o ensino do Estado de Mato Grosso do Sul no cenário mundial, tornando-se inspiração para a geração presente e futura; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada o prefeito do município de Aquidauana, senhor Mauro Luiz Batista, o 'Mauro do Atlântico', com cópia ao secretário Municipal de Cultura e Turismo, senhor Youssef Saliba, pela organização do carnaval da cidade de Aquidauana, além do Pirafolia, realizado no distrito de Piraputanga; requerimento de moção de congratulação, endereçada ao conselho direito da BPW para o biênio 2025-2026; indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Pedrossian Neto, Jamilson Name, Lia Nogueira, Coronel David, Neno Razuk, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Zeca do PT, Caravina e Mara Caseiro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezanove de março do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Não há expediente a ser lido. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas deputados e quem nos acompanha neste plenário e pela Rádio e TV Assembleia. Nós estamos apresentando, presidente, um projeto de lei que "altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.086, de 20 de setembro de 2011, cujo artigo 1º dispõe sobre a concessão de gratuidade e/ou de desconto no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul, em benefício das pessoas idosas, com deficiência e pessoas portadoras do vírus HIV, e dá outras providências". A nossa proposta é que esse benefício, que hoje já existe no estado para pessoas idosas e com deficiência, seja estendido também aos portadores do vírus HIV. Essa concessão do desconto no preço das passagens tem por objetivo promover a inclusão social dessas pessoas que estão também em situação de vulnerabilidade. O artigo 5º da lei em vigor dispõe que, em cada veículo utilizado no serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, devem ser reservados para pessoas portadora do vírus HIV dois assentos em ônibus e um assento em micro-ônibus. A presente iniciativa busca corrigir uma lacuna social e garantir dignidade, acessibilidade e inclusão a um grupo que enfrenta desafios diários, tanto no tratamento contínuo da sua condição de saúde quanto nas barreiras impostas pelo estigma e pela vulnerabilidade econômica. Segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, mais de dez mil pessoas vivem com HIV no estado e recebem tratamento disponibilizado pelo órgão. Um fator alarmante é que a maioria desses pacientes pertence a famílias de baixa renda, muitas vezes sobrevivendo

com menos de dois salários mínimos mensais. A condição financeira desses indivíduos frequentemente os impede de arcar com os custos de deslocamento para acessar os serviços de saúde disponibilizados pelo SUS no estado, já que na maioria dos casos o tratamento exige acompanhamento regular em centros médicos especializados situados em diferentes municípios. Neste caso o paciente, além de estar debilitado pelo tratamento, ainda tem de conviver com o preconceito. Então, com esse benefício, eles vão ser acolhidos e a sociedade vai passar a enxergá-las de uma forma mais sensível, mais humana. Também trago aqui hoje, presidente, uma indicação, e chamo a atenção para ela principalmente dos deputados da Grande Dourados. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Romão Ávila Milhan Junior, procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, solicitando providências quanto às infrações ambientais cometidas pela empresa Compostrat (Compostagem e Tratamento de Resíduos Orgânicos Ltda), que fica na região do Travessão do Tatuí, no município de Itaporã. As infrações cometidas pela Compostrat vem causando sérios impactos ambientais na região do Travessão do Tatuí, em Itaporã. São relatos e denúncias que chegaram até o nosso mandato, cenas realmente chocantes que demonstram um impacto ambiental negativo sobre aquela região. De acordo com denúncias feitas pela população local, a empresa tem descartado irregularmente resíduos sólidos orgânicos, inclusive carcaças de animais, deputado Renato Câmara, restos de sangue e materiais em decomposição, o que resulta na contaminação do meio ambiente, num mau cheiro constante e na proliferação de vetores de doenças. Esse problema já se arrasta há mais de dois anos sem que nenhuma medida eficaz tenha sido efetivamente tomada. É bom lembrar, Caravina, que já foi registrada uma ocorrência na delegacia de polícia de Itaporã reportando a situação, e que o Imasul já aplicou penalidades pecuniárias à empresa, mas que entretanto a sua conduta de desrespeito com o meio ambiente permanece inalterada. Para encerrar, trago um requerimento, e aqui chamo a atenção de novo da bancada de Dourados, endereçado ao prefeito de Dourados, Marçal Filho, solicitando informações sobre a interrupção do fornecimento de cestas básicas ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do município. Isto porque, presidente Gerson Claro, chegou ao conhecimento do nosso mandato que desde janeiro deste ano não há fornecimento de cestas básicas aos Cras de Dourados. Isto é muito grave, porquanto estamos falando aqui de uma população em situação de vulnerabilidade, estamos falando de famílias cadastradas, de famílias que ainda se encontram, infelizmente, numa extrema pobreza e que precisam ser assistidas. Além das pessoas que estão registradas no Cras para receber esse auxílio alimentar, há também aquele cidadão que por um motivo ou outro fica afastado do emprego (acidente de trabalho, etc.), e que, por não ter vínculo empregatício, recorre também ao Cras. Segundo os relatos que recebemos, a administração municipal anterior tinha encerrado o contrato referente ao programa de distribuição desses mantimentos (os armários das unidades estão completamente vazios), impossibilitando o atendimento da população em situação de vulnerabilidade, que depende do auxílio. Diante da gravidade da situação, que compromete diretamente a subsistência de famílias, estamos solicitando esclarecimentos sobre o restabelecimento da distribuição das cestas básicas aos beneficiários atendidos pelo Cras. Deputados e vereadores não podem tratar de um problema como esse, isso é atribuição da administração municipal. Em nosso escritório parlamentar em Dourados, nós procuramos

de alguma forma auxiliar, prestar esse socorro — mas esta é, repito, responsabilidade da administração municipal. Sim, esse contrato encerrou-se no ano passado, mas já estamos aí no terceiro mês da administração e, portanto, o prefeito Marçal Filho precisa retomar isso o quanto antes, é uma situação emergencial e não dá para esperar. Esse tipo de ação social precisa ser contínuo, garantindo-se assim que as famílias vulneráveis tenham acesso a alimentos, a um suporte digno. Ficamos portanto no aguardo de um posicionamento da Prefeitura de Dourados, ainda que seja em sistema de contratação emergencial. O que não podemos deixar é que famílias em situação de extrema pobreza, que estão cadastradas no Cras, fiquem desassistidas. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Apresento uma indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Rosana Leite de Melo, secretária municipal de Saúde de Campo Grande, solicitando a lotação de mais profissionais de saúde na Unidade Básica de Saúde Dr. Jorge David Nasser, no Jockey Club, sendo: um médico da família, dois enfermeiros e um dentista. Este mandato recebeu de moradores do Jockey Club a reivindicação de que mais profissionais sejam lotados na UBS do bairro. De acordo com informações, UBS Jockey Club é referência de bairros grandes e populosos, como o Marcos Roberto, o Piratininga, o Ipiranga, o Nanhá... Em razão da concentração populacional da região, os profissionais de saúde são insuficientes para dar conta da demanda, necessitando-se assim de mais profissionais de Medicina, Enfermagem e Odontologia. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a pavimentação da MS-156, no trecho que liga o Distrito Industrial de Dourados à MS-278. Tal solicitação nos foi feita pela vereadora Andreia Tobias, do Partido dos Trabalhadores de Juti. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa, solicitando a troca do transformador no quadrilátero da rua Pedro de Toledo, na Vila Piratininga, nesta Capital. Esta solicitação chegou até nós por moradores da rua Pedro Toledo, na Vila Piratininga, que alegam problemas no transformador que distribui a energia no quadrilátero da localidade, acarretando constantes quedas de energia na região. Aliás, quero abrir um parênteses, senhor presidente, para fazer um elogio público ao presidente da Energisa. Ontem uma liderança indígena de Paranhos me ligou dizendo que sua comunidade estava sem energia desde sexta-feira, situação que estava causando vários transtornos, afinal até mesmo para bombear água nos poços artesianos é preciso energia. Ou seja, a comunidade estava sem luz e sem água. Mas daí eu liguei para o presidente da Energisa e, como era uma situação emergencial, ele prontamente nos atendeu. Fiquei bastante satisfeito com a atenção que nos foi dispensada, inclusive ligou para a referida liderança indígena, da aldeia Pirajuí. Então quero fazer esse elogio em agradecimento ao diretor-presidente da Energisa. Por último, apresento uma indicação a ser enviada para ao senhor Hélio Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando

celeridade na convocação dos aprovados no concurso público de provas e títulos SAD/SED/Professor/2022, homologado no Diário Oficial eletrônico nº 10.877, de 30 de junho de 2022, para suprir as vagas existentes na rede estadual de ensino com os aprovados no último concurso para professores, oferecendo-se assim mais profissionais efetivos para atuar nas escolas do estado. É bom lembrar que o estado ainda tem um número muito alto de professores convocados, contratados temporariamente para atuar nas escolas, então nós precisamos que o Governo chame os candidatos aprovados no último concurso, para que tenhamos mais professores efetivos atuando nas escolas estaduais. Isto é bom para o ensino, porque o professor, uma vez lotado na escola, uma vez fazendo parte do quadro de efetivos, vai permanecer ali por bastante tempo, vai diminuir bastante a substituição contínua desses profissionais. Além disso, esses professores efetivos vão contribuir com a previdência do Estado (o professor convocado contribui com o INSS); e ora, se a previdência do Estado está deficitária, então precisamos de mais concursados, mais efetivos! Já que há aprovados esperando do último concurso, então que eles sejam chamados para ocupar essas vagas puras das escolas com professores efetivos. Faço esse apelo ao Governo porque há muitos professores entrando em contato comigo, ansiosos por essa chamada; sabe-se que há vagas nos municípios, nas escolas, então não há razão para não chamar esses concursados. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina...

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, eu quero apenas reforçar o convite que já fiz. Hoje, às 19 horas, estaremos fazendo uma audiência pública lá em Naviraí, em parceria com a Câmara Municipal, que propõe a audiência pública, em parceria também com a Faems (Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul) e com a Famasul, com a mobilização de sindicatos e de associações comerciais. Então, de novo, hoje, às 19 horas, em Naviraí, a nossa audiência pública a respeito da BR-163, sobre a concessão, o descumprimento do contrato e seus reflexos para a sociedade de Mato Grosso do Sul. Amanhã, também às 19 horas, vamos fazer essa mesma audiência pública na cidade de Dourados, por proposição do vereador Cemar Arnal. Estão os colegas convidados, em especial os da comissão, deputada Mara, deputado Hashioka, deputado Pedro Kemp e deputado Pedrossian Neto. Estão todos convidados a juntarem-se a nós para tratar desse assunto de grande interesse para a sociedade sul-mato-grossense.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos acompanha pela Rádio e TV ALEMS

e redes sociais. Senhor presidente, eu trago duas indicações. A primeira, decorrente de um pedido do presidente da Câmara de Vereadores de Bataguassu, vereador Edvaldo Marques, é endereçada ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a substituição dos computadores da Escola Estadual Professor Luiz Alberto Abraham, no município de Bataguassu, devido à obsolescência dos equipamentos atualmente em uso. Os atuais computadores, entregues em 2012, não possuem capacidade para rodar novas tecnologias, dificultando o acesso a ferramentas fundamentais para a administração da escola e o desenvolvimento pedagógico. A demanda partiu do vereador Marques, mas é um pedido também da comunidade escolar da Escola Luiz Alberto Abraham, escola construída pelo Governo do Estado, depois houve uma reforma. A estrutura física da escola está boa, mas precisa resolver a questão dos computadores e dos aparelhos de ar-condicionado, pedido que também está tramitando lá na Secretaria de Educação — vamos acompanhar pessoalmente esse pedido. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, senhor Guilherme Alcântara Mauro Azambuja Rondon Flores, com cópias autônomas ao diretor-presidente da Agesul, solicitando intervenções urgentes nas rodovias MS-395 (trecho entre os municípios de Anaurilândia e Bataguassu) e MS-276 (entre os municípios de Anaurilândia e Batayporã), para execução de serviços de limpeza e conservação das margens das vias e entroncamentos, recomposição do pavimento asfáltico nos trechos comprometidos, bem como a realização de inspeção técnica na ponte situada na MS-395, nas proximidades do distrito de Vila Quebracho. Trata-se de um pedido da vereadora Mara, de Anaurilândia. Na verdade estamos reiterando o pedido, o deputado Hashioka já fez também o mesmo pedido, eu mesmo já estive despachando com o secretário Guilherme Alcântara a respeito... A situação da MS-276 é complicada, esse trecho precisa da construção de acostamento, de terceira faixa, mas no momento o pedido é manutenção. Então é convocar a empresa que faz a manutenção da região para fazer essa limpeza, essa roçada... Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Ontem estive em Ribas do Rio Pardo, nas comemorações do seu 81º aniversário, fui lá parabenizar o prefeito Roberson e sua equipe. Mas estive lá em duas agendas. Primeiro, estivemos no hospital de Ribas [Hospital Municipal de Ribas do Rio Pardo] acompanhando as ações do MS Saúde: foram mais de 240 consultas e cirurgias oftalmológicas. Mas tarde fomos então participar do desfile cívico... Foi um resgate que o prefeito Roberson fez, já que a realização desse desfile ficou suspensa por vários anos. Pois agora o desfile está de volta, foi um grande evento, momento de alegria, com banda musical, com todas as escolas participando, municipais, estaduais; com a participação também de órgãos de segurança, de entidades assistenciais. São vários dias de festa, já houve show de Bruno & Marrone, sexta-feira estará lá o governador anunciando algumas obras... Eu não posso estar lá na sexta, porque amanhã de manhã inaugura-se em Bataguassu a nova estação da Energisa, passamos de 34 kWA para 138 kWA, uma mudança substancial que vai melhorar o fornecimento de energia no município. Se forem



lá, vocês poderão ver, presidente, a grande festa que está fazendo o prefeito Roberson, em comemoração aos 81 anos de emancipação do município. Mais uma vez, parabéns ao prefeito Roberson! Parabéns a toda a população de Ribas do Rio Pardo! Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, deputado Zeca do PT... Deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Bom dia, presidente e nobres pares. Bom dia, bancada do PT, principalmente; trago aqui com muita alegria um abraço fraternal do nosso presidente Bolsonaro: vocês vão chorar em breve... Senhor presidente, tenho aqui um requerimento endereçado ao senhor desembargador Dorival Renato Pavan, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando as seguintes informações: 1) qual é a quantidade de oficiais de justiça existente no estado, e, desse total, quantos exercem a função em Campo Grande? 2) qual é o valor médio da remuneração e qual é a carga horária média de trabalho semanal dos oficiais de justiça? 3) qual é o valor cobrado para o cumprimento de diligências, e, desse valor, qual é o montante repassado aos oficiais? 4) o número de oficiais de justiça é suficiente para atender adequadamente à demanda? 5) caso não seja, há previsão de abertura de concurso público para suprir a falta desses profissionais? e 6) quantos mandados em média, nos últimos três meses, cada oficial de justiça cumpriu mensalmente? Logicamente que faço esse requerimento em razão do acordo celebrado entre o Tribunal e o Governo do Estado, incumbindo os profissionais da segurança pública, notadamente policiais militares e civis, desse mister de entregar intimações, nos casos de violência doméstica, aos agressores. A propósito, senhor presidente, tenho aqui também uma indicação que endereço ao nosso nobre presidente do Tribunal de Justiça, nosso estimado amigo Dorival Pavan, solicitando-lhe, considerando a celebração do referido acordo entre o Governo e o TJ, que o valor devido aos oficiais de justiça pelo cumprimento das diligências e intimações seja pago aos policiais civis e militares, quando estes cumprirem atos de intimação nos casos de violência doméstica... Nada mais justo, senhor presidente. Se o policial, devidamente respaldado pelo mencionado acordo, cumpre lá um mandado de intimação, nada mais justo que ele receba o mesmo valor pecuniário destinado aos oficiais de justiça: é uma questão de... justiça. Finalmente, senhor presidente, registro uma moção endereçada ao senhor Rodolfo Nogueira, deputado federal por Mato Grosso do Sul, por ter sido ontem eleito presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados. Rodolfo Nogueira é produtor rural, está em seu primeiro mandato como deputado federal; de 2020 a 2022 atuou como gerente internacional da Embratur, e também ocupou a presidência do nosso Partido Liberal em Mato Grosso do Sul. A comissão de agricultura debate e vota temas relacionados à política agrícola, pesca, questões fundiárias e de reforma agrária, além de justiça e direito agrário. Criada pelo Parlamento ainda no período imperial, a comissão tem suas funções definidas em regimento desde 1920. Como todos sabemos, o agronegócio desempenha papel fundamental na economia do Brasil, sendo responsável por grande parte do desenvolvimento econômico e social do país. A eleição do deputado Rodolfo Nogueira para a presidências dessa importante comissão



representa o reconhecimento da sua competência, do seu compromisso, da sua dedicação às pautas que fortalecem a agricultura, beneficiando produtores rurais, empresários do setor, beneficiando enfim a toda a população brasileira. É portanto uma alegria para o Partido Liberal e, sem dúvida alguma, um orgulho para Mato Grosso do Sul ter um deputado da terra à frente de uma das mais importantes comissões da Câmara dos Deputados. Somente isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, bom dia aos que se fazem presente no plenário. Tenho três indicações. Indicação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a destinação de trinta novos computadores para beneficiar a Escola Estadual Eldorado, localizada no município de Eldorado. A presente indicação atende ao pedido formulado pela diretora da escola, senhora Kelly Roratto Carminati, e pelos vereadores Anderson Freitas da Silva (Nenny), Angela Dias, Antonio Jorge dos Santos (Toninho do Táxi), Adenir Emídio Pedro (Tenente) e Valdeir de Souza Lopes, da Câmara Municipal de Eldorado. A segunda indicação vai também para o governador Riedel, com cópia ao secretário de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Miranda, solicitando apoio ao projeto de implantação da Casa Cultural da Memória e da Casa do Artesão, no município de Bandeirantes, por meio da cedência do prédio localizado na rua Arthur Bernardes, pertencente ao Estado, e/ou através de destinação de recursos financeiros. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Zulene Ferreira Diniz Ferraz, da Câmara Municipal de Bandeirantes. A última indicação vai também para o nosso governador, para o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e para o diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a limpeza das margens da rodovia MS-295, no trecho que liga os municípios de Iguatemi e Eldorado, e, na MS-180, no trecho entre municípios de Juti a Iguatemi. A presente indicação atende a um pedido formulado pela vereadora Rosicleia da Silva Caprioli, da Câmara Municipal de Iguatemi. É o que tinha, senhor presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos a presença do senhor Aristides Pinheiro, o "Juninho", vereador do município de Selvíria; do vereador Zé Divino, de Paraíso das Águas; da vereadora Patrícia dos Santos, a "Patrícia da Saúde", lá de Aparecida do Taboado; e da vereadora Cláudia Padim, do município também de Aparecida do Taboado. Muito obrigado pela presença... Com a palavra, o deputado Jamilson Name. Transferida. Deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, com a sua permissão, gostaria de ler meu expediente aqui da mesa. Tenho algumas indicações, senhor presidente, nobres colegas, público presente e quem nos assiste pela TV

Assembleia e redes sociais. Indicação. Indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando melhorias na sinalização na entrada do município de Japorã. Trata-se de uma demanda da população, da Prefeitura de Japorã (via Ofício nº 11/2025) e do vereador Antonio Carlos dos Santos. Pedem-nos uma união de esforços para conseguir essa sinalização, que é muito importante para evitar acidentes nessa localidade, que é muito perigosa. Tenho outra indicação, também direcionada ao governador Riedel, solicitando a disponibilização de materiais esportivos para atender às demandas do município de Bela Vista. O prefeito Gabriel esteve ontem aqui na Assembleia apresentando várias demandas. Bela vista, cidade que prospera, que cresce, com a nova gestão tem agora novos desafios, e um deles é conseguir atender os nossos jovens com material esportivo para que se possa dar continuidade às ações começadas no início do ano. Uma última indicação, também ao governador, e ao secretário de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a manutenção e a limpeza das margens (faixa de domínio) da rodovia MS-386, no trecho que liga os municípios de Japorã e Iguatemi. Trata-se de uma solicitação também do vereador Antônio Carlos dos Santos, que tem recebido muitas reclamações nesse sentido. A medida é importante, haja vista que trafegam por aquela rodovia muitos caminhões e carretas, além dos carros de pequeno porte. Era o que eu tinha, senhor presidente... Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Gostaria de fazer um convite aos colegas, para comparecerem no VI Seminário Estadual da Água, que vai acontecer amanhã, a partir das 7h30 da manhã aqui na Assembleia Legislativa, com vários palestrantes. Esta é uma ação em conjunto com o Rotary Club de Campo Grande, ação que tem dado muito resultado. Como fruto desses debates, temos até publicação de livros sobre diversos temas. Amanhã, especificamente, vamos discutir a gestão de recursos hídricos frente às mudanças climáticas. Virão vários palestrantes, e aqueles universitários que fizerem a sua inscrição terão um certificado do seminário. Estão todos convidados. É só, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados, público presente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, para que realize vistoria técnica e reparos imediatos na MS-295, no trecho entre os municípios de Tacuru e Amambai. Justificativa. Trata-se de um pedido encaminhado pelo ex-vereador Piscuila, em razão da frequente demanda dos usuários nesse sentido, a qual se encontra sem projeto de manutenção, apresentando muitos buracos que impactam diretamente na

qualidade do asfalto e na segurança da via, que necessita, portanto, de uma reforma urgente por parte do poder público. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto dos Santos, para que promova a instalação de um posto de atendimento presencial no município de Antônio João. Justificativa. O pedido foi formulado pelos vereadores do município de Antônio João, que, mesmo tendo mais de nove mil habitantes, não possui nenhum posto de atendimento presencial da concessionária, o que obriga usuários e consumidores a se deslocar para Ponta Porã na busca por atendimento. E ainda que a concessionária disponibilize atendimento virtual pela via do aplicativo, nem sempre os usuários têm o devido acesso ou conhecimento para sua utilização... É, portanto, indispensável a instalação de um posto de atendimento presencial no município. Por último, senhor presidente, apresento um requerimento direcionado ao diretor-presidente da Energisa/MS, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando-lhe que disponibilize relatório detalhado das oscilações da rede elétrica que vêm ocorrendo no município de Campo Grande. Justificativa. Moradores de diversas regiões do município de Campo Grande têm denunciado oscilações cada vez mais constantes no fornecimento de energia elétrica, prejudicando o funcionamento de comércios e impactando a vida cotidiana dos usuários da rede. Considerando o poder geral de fiscalização atribuído ao Poder Legislativo, e ainda a responsabilidade da concessionária pelo fornecimento ininterrupto de energia elétrica, essencial à manutenção de residências e comércios, justifica-se o presente requerimento para avaliação da qualidade da prestação do serviço. Era o que tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Quero registrar uma indicação, presidente, endereçada ao senhor governador do Estado, com cópia ao secretário de Infraestrutura e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a viabilização da pavimentação asfáltica das estradas municipais BD-01, BD-02 e BD-03, localizadas no município de Bandeirantes. Segundo informações da própria administração municipal de Bandeirantes, já existe o compromisso do governador com o atendimento dessa demanda, que atende os assentamentos rurais Roda Viva, Matão, Vida Nova e Nova Esperança. A implementação dessa medida por certo vai melhorar o acesso aos referidos assentamentos e melhorar a infraestrutura turística daquele município. A informação, senhor presidente, é que a autorização para o início do processo de licitação referente ao atendimento dessa demanda já está na mesa de Sua Excelência o governador. Registro uma segunda indicação, também ao governador, com cópia à presidente da Agraer e ao secretário executivo da Agricultura Familiar, solicitando a viabilização de um veículo para realizar o transporte dos produtos da agricultura familiar destinados aos beneficiários pelos programas Fomento Rural e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Paranhos. É isso, senhor presidente. Agora peço a Vossa Excelência, com todo respeito, pela ordem.



**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, o *pela ordem* é por duas razões. Primeiro para registrar nesta Casa que dias 25 e 26 estarei em Brasília; dia 25 participando, de manhã, do Seminário Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose; à tarde e no dia 26 estou com inúmeras agendas: na Funasa, na Funai e no Ministério da Defesa, tratando de interesses de setores importantes do estado. Em segundo lugar, senhor presidente, faço um requerimento verbal ao Banco do Brasil (vou protocolar o documento depois), Superintendência de Campo Grande, solicitando informação a respeito da denúncia que recebi dos trabalhadores rurais assentados lá de Bela Vista, dos assentamentos Caracol e Santa Marina, de que o banco estaria com indisposição no atendimento, no cumprimento da legislação encaminhada pelo presidente Lula, que estabelece o Desenrola [Rural] da agricultura familiar. Eu quero saber do Banco do Brasil, nesse requerimento, quantos financiamentos o banco já renegociou dentro dos parâmetros do Desenrola, quais eventualmente negou e por que razão. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos...

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Senhor presidente, gostaria de registrar que estamos aqui em Corumbá, em missão oficial. Viemos aqui para ver as obras do município... Gostaria então que o prefeito, doutor Gabriel, desse um oi para os amigos da Assembleia.

**SENHOR GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA** (prefeito de Corumbá) — Bom dia, senhor presidente, bom dia a todos, estamos recebendo hoje a visita do deputado Paulo Corrêa e do deputado Paulo Duarte...

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, Paulo, bom dia, prefeito Gabriel, um forte abraço da Assembleia.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Um abraço, presidente Renato.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Muito obrigado, presidente Renato. Estou aqui pronto e a postos.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Parabéns pelo trabalho, pela missão, Paulo Corrêa e Paulo Duarte... Um abraço, Gabriel.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, senhores deputados, eu acho muito importante fazer na sessão de hoje da Assembleia Legislativa, o registro de uma importante decisão do Governo Federal. O governo do presidente Lula encaminhou para o Congresso Nacional um projeto para reduzir o pagamento do Imposto de Renda para quem ganha menos. Importante registrar que, uma vez aprovado esse projeto encaminhado pelo presidente Lula para a Câmara dos Deputados, quem recebe até R\$ 5 mil por mês não vai pagar mais Imposto de Renda. Isenção total! E é muito importante lembrar também que 90% dos contribuintes vão ficar isentos. Quem recebe até cinco mil reais, isto significa 90% dos contribuintes! Estes não vão pagar mais Imposto de Renda. Quem ganha até R\$ 5.500,00 terá um desconto de 75%; quem recebe até R\$ 6 mil por mês, terá um desconto de 50%; e quem recebe até R\$ 6,5 mil, vai ter um desconto de 25%. Quem ganha acima de sete mil até os mais altos salários vai pagar o que já paga, de acordo com a tabela progressiva. Lembrando que, para compensar o que vai deixar de arrecadar, o governo vai cobrar mais de quem ganha mais, daqueles setores que têm altos salários, que têm uma renda muito superior: esses aí vão ter que contribuir um pouco mais para fazer essa compensação. É uma medida que tem um alcance enorme, pois vejam que 90% dos contribuintes vão deixar de pagar o Imposto de Renda — ou seja, quem ganha até cinco mil não vai pagar mais nada de Imposto de Renda. Importante medida. Importante contribuição que o governo dá para os setores médios, para aqueles que recebem os menores salários. Era isso, presidente.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Presidente, feliz intervenção do meu companheiro querido Pedro Kemp! Essa mudança na legislação do Imposto de Renda, que vai tributar aproximadamente as cem mil pessoas mais ricas da sociedade brasileira, vai beneficiar aproximadamente dez milhões dos que ganham menos. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Jamilson Name: onze indicações (Prot. nºs 00692/2025, 00693/2025, 00695/2025, 00698/2025, 00699/2025, 00702/2025, 00700/2025, 00704/2025, 00712/2025, 00714/2025, 00713/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: sete indicações (Prot. nºs 00718/2025, 00716/2025, 00717/2025, 00721/2025, 00723/2025, 00724/2025, 00725/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 0711/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma



indicação (Prot. nº 00694/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 00732/2025, 00731/2025, 00730/2025, 00729/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00701/2025); um requerimento (Prot. nº 00708/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 00697/2025, 00696/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: seis indicações (Prot. nºs 00710/2025, 00709/2025, 0707/2025, 00706/2025, 00705/2025, 00703/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 00728/2025, 00727/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, eu ouvi a intervenção do deputado Pedro, também do deputado Zeca. Pois quero dizer que concordo com o que foi determinado... Mas aí entendo que é preciso olhar para a outra face da moeda. Quem ganha hoje acima de cinquenta mil reais em transações de bolsa de valores, de ações, de aplicações e coisas do gênero, era isento. Agora esses vão ser tributados, vão pagar mais ou menos uns seis mil reais anualmente de Imposto de Renda. Quem ganha acima de cem mil reais, que era isento, não pagava nada, pessoas que tinham dividendos de alguma empresa, estes agora vão pagar também, vai acabar a isenção. Então, tudo que se faz com o dinheiro público é assim: não há como dar benefício pra um sem dar sacrifício pro outro! Quem ganha mais evidentemente deve pagar mais, e quem ganha menos deve ser isento, como é o caso agora dessa isenção até cinco mil reais, que eu acho muito justa... Mas, repito, o governo não perde receita: quem vai pagar essa conta não é o presidente Lula, nem muito menos o mercado: quem vai pagar essa conta são os... brasileiros! É simples, vão tirar de quem tem mais para isentar quem tem menos. Então o meu louvor eu o deixo é ao povo brasileiro, que é quem vai pagar a conta. Muito obrigado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, apenas para...

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PSDB) — ...apenas para completar essa informação. De fato o que o deputado Zé Teixeira está colocando procede. Na verdade tem que pagar mais quem ganha mais, e precisa isentar aqueles que ganham menos. Porque neste país quem ganha muito acaba, proporcionalmente, não pagando imposto. Que diferença entre o governo Lula e governo Bolsonaro! Enquanto o governo Lula está isentando quem ganha até cinco mil reais de pagar Imposto de Renda, o Bolsonaro na época tirou imposto do Jet Ski, ele isentou de imposto quem comprava Jet Ski. Esta é a diferença entre um governo que beneficiava uma elite, que podia comprar Jet Ski, e o



governo do presidente Lula, que olha para os mais pobres, para as camadas populares deste país. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Eu queria fazer um registro, queria que a imprensa que está aqui noticiasse isto. Nós acabamos de ver um gesto humanitário do deputado Zé Teixeira, que foi honesto, como aliás sempre foi. Acabamos de ouvir do deputado Zé Teixeira que ele concorda com a tributação dos mais ricos para desonerar os mais pobres! Pasmem! Esses sujeitos que vivem de rentismo... Sabem o que é *rentismo*? Rentismo é agiotagem institucional... Pois então, esses sujeitos que têm renda de cem, duzentos, trezentos mil reais de ações ou de aplicações, ficavam sem nenhuma tributação! Exatamente estes que não produzem nada, que vivem da agiotagem, estes vão pagar. Não homens como o meu amigo Zé, que produz, trabalha e paga o seu imposto. Agora, aqueles que até aqui não pagavam nada, estes vão pagar — é justiça tributária, para permitir aos mais pobres a oportunidade de melhorar de renda, de comer melhor. Obrigado, presidente.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Eu queria fazer uma indagação ao deputado Pedro Kemp, pessoa que eu estimo de coração, e ao ex-governador Zeca. Se o Bolsonaro — que vai ser preso, não reúne mais ninguém (reuniu só 18 mil pessoas no Rio de Janeiro), os filhos já estão indo embora — não tem mais nenhum prestígio político, então qual a razão dessa implicância do Partido dos Trabalhadores?!... Eu não entendo isso. Se não tem mais prestígio, se não incomoda mais ninguém, pra que essa implicância de todo dia ter de falar de Bolsonaro?!... Está liquidado o Bolsonaro. Mas vai sobrar eu, vai sobrar o David, e nós somos Bolsonaro. Por quê? Deu garantia jurídica, cuidou do campo, cuidou do setor produtivo, nomeou uma ministra fantástica para a agricultura, deu título para os sem-terra... Ele deixou os técnicos trabalhar, ele delegou, eram só vinte ministérios, e não quarenta! para ficar investindo dinheiro na cultura, nesse *Ainda estou aqui*... Eu não sei por que essa incomodação. Só isso que eu queria falar.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PSDB) — Posso responder, presidente?

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PSDB) — Deputado Zé Teixeira, a gente fica lembrando porque é importante rememorar situações que nós vivemos no país e fazer uma comparação com o que está acontecendo hoje. Eu estava falando que o presidente Lula

está isentando do Imposto de Renda quem ganha até cinco mil reais, e que, em contraste, o Bolsonaro no seu governo isentou o imposto sobre o Jet Ski, que atingiu quantos por cento da população?... Agora, eu quero dizer uma coisa para o senhor. Se o senhor me falar uma obra que o Bolsonaro trouxe para Mato Grosso do Sul, eu entro nesse time de vocês aí. Só uma!.. Não há nada, é um governo que passou em branco, um governo que fez muito mal para o país. Mas, deputado, eu continuo tendo uma elevada estima por Vossa Excelência.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel Davi.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Quero dizer que o deputado Pedro Kemp não é bem-vindo à direita, porque ele não preenche os requisitos que nós tanto estimamos.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Então, eu desisto da minha proposta e continuo na esquerda combativa, que defende o povo brasileiro. Fico do lado de cá.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Agora sim, no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de quinze minutos.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Faço uso da tribuna, deputado Zeca, para falar de um projeto fantástico que a Fiocruz está implantando na saúde primária no Estado de Mato Grosso do Sul. Aliás, lá na minha cidade de Dourados já estão implantados quatro postos de saúde; aqui em Campo Grande, se não me falha a memória, já chegamos próximo a dez. Então quero aqui de público agradecer ao deputado Vander Loubet, que trabalhou na viabilização de recursos para a Fiocruz, para a implantação do projeto. Esse projeto requer, por exemplo, produtividade, atenção e formação de profissionais da atenção básica de saúde, inclusive com estágio para médicos do primeiro e segundo ano, de odontólogos. Achei fantástico o projeto, porque sendo o investimento do governo federal, através dos Ministérios da Saúde e da Educação, não existe custo para as prefeituras. Lá em Dourados, nesses quatro postos de saúde, são 136 pessoas envolvidas e sem nenhum custo para a administração municipal — mas os postos têm de mostrar produtividade. Campo Grande, a mesma coisa. Isso é comandado aqui no estado por uma grande amiga minha, que Vossa Excelência, Zeca, conhece perfeitamente, porque já pertenceu ao Partido dos Trabalhadores; e nesse setor de saúde eu acho que ela é uma das profissionais mais competentes do estado. Estou falando da minha amiga Dinaci [Dinaci Vieira Marques Ranzi]. É ela que comanda isso através da Fiocruz. Eu acho que só tem a ganhar o município, deputado Pedro Kemp, que queira se engajar nesse projeto, porque além de estar fazendo uma economia, estará também apostando num atendimento diferenciado. Eu venho observando no setor público um diferença entre o tratamento

dispensado aos concursados e aquele oferecido às pessoas contratadas. O contratado sabe que se não exercer sua função corretamente, se não for dedicado, prestativo, se não tiver uma qualificação, será dispensado. O concursado, por outro lado — e aqui não vai nenhuma crítica, porque em todos os setores há pessoas decentes, honestas, mas há também as que não se comportam bem — trabalha sem essa pressão do contratado. Chegaram ao meu conhecimento algumas pesquisas... Há município em que a área da saúde, no geral, é aprovada por 60%, 70% da população, mas reprovada no quesito *tratamento dado à população* por 90%! Muitas pessoas que chegam lá não precisam nem de remédio, mas precisam duma atenção: "Bom dia, o que que o senhor precisa? em que posso servi-lo? o médico está aqui, vai atendê-lo"... Há paciente que vai lá, é maltratado, a doença piora, dali dois, três dias ele volta para daí, sim, receber o tratamento. Eu dizia, numa conversa com o prefeito Marçal, que não faz sentido — numa cidade com mais de 260 mil habitantes, e cuja administração municipal tem um convênio pelo qual a fundação tem de fazer 300 mil exames de sangue por ano —, não faz sentido o paciente ter que ir duas vezes ao posto de saúde. Chega lá, o médico lhe prescreve um exame de sangue e marcam o dito exame para o final de abril; quando era só coletar o sangue, mandar para o laboratório e no outro dia está pronto! Então o que se percebe é uma falta de respeito, uma falta de atenção, uma falta de dedicação, uma falta de gestão, uma falta de carinho: uma falta de educação nos postos de saúde. Mas vejam, não estou generalizando, é um fenômeno pontual, mas que existe, existe: existe, porque a gente ouve crítica todo santo dia. Eu tenho uma atuação, deputado Pedro Kemp, muito forte na saúde; e hoje o SUS é um direito nosso, e um dever do Estado — mas só que nós não temos acesso! Porque precisa marcar no sistema, precisa pôr no Core [Complexo Regulador Estadual], precisa ficar na fila, e quando finalmente sai a vaga, muitas vezes o paciente já foi sepultado. Então eu acho que os governantes têm de ter um pouco mais de eficiência na gestão pública. Por que que não pode haver uma pessoa dentro do posto de saúde para coletar o sangue e no mesmo dia entregar ao laboratório?!... Quantos laboratórios estão contratados em Campo Grande para isso?... Por que que precisa marcar o exame para só daqui a trinta dias?!... No caso do câncer, por exemplo, se você marca um exame para daqui a sessenta dias, a coisa já passa da hora e você já perdeu... Então, quero agradecer ao deputado Renato Câmara, à sua esposa, a todos que se engajaram no projeto, fico grato também aos deputados que contribuíram com emenda para comprar o aparelho de diagnóstico de câncer para o hospital que está sendo construído em Dourados. Aliás, para a construção desse hospital, veio uma doação da iniciativa privada... Vinte milhões de reais deu o banco Sicred para a construção do prédio. Está muito bem, só que o prédio sozinho não faz exame, não faz consulta, não faz diagnóstico; depois de pronta a obra precisa pôr lá corpo administrativo, médicos, enfermeiros, pessoal de serviços gerais, de atendimento, para a coisa funcionar — assim como funciona em Barretos, um dos hospitais referência no país, onde são atendidos tantos artistas, como Zezé de Camargo e outros... que doam recursos. Esse hospital recebeu inclusive a visita do presidente... Ele é tão criticado aqui, mas Bolsonaro, através do Mandetta, quanto de dinheiro não deu para o Hospital de Barretos, hospital referência aliás mundial; os melhores equipamentos do mundo tem o Hospital de Barretos. Pois nós estamos empenhados na construção desse hospital. Aproveito para agradecer de público ao Banco Sicred, e à sociedade sul-mato-grossense, que também tem ajudado. E, de novo, obrigado aos



deputados que assinaram o projeto para a gente doar uma parte dos recursos para a compra do primeiro equipamento destinado ao diagnóstico de câncer desse hospital. Então eu quero deixar aqui não uma crítica, mas uma sugestão. Não é difícil ser gestor, mas precisa pôr ordem na casa, porque se não houver ordem na casa, a família se desestrutura; se não houver ordem no poder público, as coisas não andam, a Secretaria do Meio Ambiente não anda, não anda a Secretaria de Saúde, não anda a Secretaria de Justiça... Quem está no timão do poder público tem que ter autenticidade, organização, capacidade de escalar bem os profissionais para tratar o usuário, e o usuário precisa ser tratado com dedicação e com respeito, afinal somos nós que pagamos a conta... Agora mesmo discutíamos o tema da isenção do IR aos mais pobres. Sim, vão isentar os mais pobres, vão isentar os que ganham menos, mas não vão tirar esse dinheiro de fonte alguma, senão da própria sociedade. Como? Tributando quem é mais rico. Então, senhor presidente, encerrando minhas palavras, reforço meu agradecimento à Dinaci por ter feito esse projeto aqui no Mato Grosso do Sul através da Fiocruz. Coloquei-a em contato com o secretário de Saúde de Dourados, ela achou o projeto fantástico, ajustou alguns pontos (negócio de horário, tratamento, etc.) e já foi feito um ofício pedindo que se veja da possibilidade de aumentar de quatro para oito postos. Se isto acontecer, será uma economia para o município, que vai ter oito postos de saúde atendendo, e quem vai pagar a conta será o governo federal, através da Fundação Fiocruz. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Quero registrar a presença da vereadora Iza Marcondes, de Dourados, que tem feito um belo trabalho de articulação aqui na Assembleia Legislativa, buscando emendas dos deputados. Agradeço também a presença: do Adilson da Silva Miranda, popularmente conhecido como o "Dourinho", vereador de Aral Moreira; da Grazielle Schutz, vereadora de Aral Moreira; e da Patrícia Sacauê, vereadora também do município de Aral Moreira — leve nossas recomendações, o nosso abraço à prefeita Elaine. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que proceda à verificação de quórum.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e deputados presentes, havendo portanto quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Projeto de Lei nº 029/2025. Autor: Tribunal de Contas. "Fixa o subsídio mensal dos conselheiros, dos conselheiros substitutos e dos membros do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, consoante dispõem os parágrafos 4º e 5º do artigo 80 e parágrafo 4º do artigo 81, ambos da Constituição Estadual, considerando a necessidade de adequação legislativa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) às atualizações da Lei Federal nº 14.520/2023". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento foi também



favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir o projeto, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — O que eu quero saber, senhor presidente, é se os conselheiros afastados sob acusação de corrupção, usando tornozeleira eletrônica, serão beneficiados com o tal do reajuste.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Caro deputado, segundo a assessoria jurídica da Mesa, os conselheiros continuam recebendo os salários, conforme a previsão da lei. Porém, os demais encargos, não.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, segundo a Constituição, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo. Verdade? Verdade. Daí pergunto: em que momento esta Casa vai tomar a iniciativa, exercer a sua prerrogativa de colocar um ponto final nesse constrangimento? Até quando vai essa coisa de substituto? Estão aí inúmeras figuras que pleiteiam eventualmente essa vaga, e acho que a Assembleia tem poder para tomar a iniciativa de afastar esses implicados definitivamente, para que se possa trabalhar para a nomeação de novos conselheiros. Era essa a minha questão de ordem. Obrigado.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sobre essa questão do Zeca, eu acho que nós realmente temos, em princípio, poderes, temos a prerrogativa de interferir nisso. Só que também entendo que a questão já saiu do controle nosso, já está judicializada. Quem tem de decidir esse assunto, na minha visão, é o Judiciário. Portanto, acho que não temos a prerrogativa de discutir uma coisa judicializada. É o meu ponto de vista, leigo, estou dando só a minha opinião.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Sem querer polemizar, só queria fazer um esclarecimento ao deputado Zeca. A Assembleia Legislativa formou uma comissão, solicitou agilidade no processo, dentro da competência que é dela, houve parece-me até uma solicitação de impeachment; decidiu-se que nós não tínhamos competência na questão, que no caso seria, por simetria, do Senado (porque os conselheiros são equiparados aos desembargadores). Então, legalmente, a Assembleia fez o que podia fazer. Agora é aguardar que a Justiça seja feita dentro dos prazos que a lei estabelece. Este



é o aspecto jurídico, deputado Zeca; no mais, há uma comissão, presidida pelo deputado Coronel David, que já fez várias ações nesse sentido.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Para discutir, senhor presidente... Só para reforçar a fala de Vossa Excelência. A Assembleia tem acompanhado com preocupação esse caso, e de fato existe essa comissão aqui na ALEMS, presidida pelo deputado Coronel David, da qual fazemos parte eu e o deputado Antonio Vaz. E todos os encaminhamentos cabíveis a comissão já fez, agora só nos resta esperar a solução na esfera judicial. Ou seja, aquilo que caberia à Casa de Leis, nós já encaminhamos. Obrigada, presidente.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Eu fui relator na CCJR desse projeto que está sendo votado. Então gostaria de esclarecer que essa questão do salário dos conselheiros é só para regulamentar uma situação de fato, que já existe — há até uma sentença judicial determinando que o reajuste segue os parâmetros legais, porém isso depende de legislação. Daí o encaminhamento do projeto, daí a sua votação hoje em segunda discussão. Quanto a pagar o salário dos conselheiros afastados, isso decorre de uma decisão judicial, não estando em nossas forças mudar isso nem que quiséssemos. Só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou contribuir juridicamente... Havia o entendimento no Tribunal de Justiça, e não só no de Mato Grosso do Sul, de que não precisava lei para fixar salário (subsídio, sim, é estabelecido por lei), que isso podia ser feito por resolução com base numa lei federal. Mais tarde esse entendimento caiu por terra: há necessidade de lei. Portanto, nós estamos fazendo uma lei para regulamentar uma situação de fato: estamos regulamentando por lei aquilo que seria feito, e não foi, por resolução — para que não haja dúvida. Ainda em discussão. Encerrada a discussão...

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Só para consignar o meu voto *sim*, que não estou conseguindo votar pelo aplicativo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado o voto de Vossa Excelência, mas serei obrigado a lhe dar, como estão dizendo aqui os colegas, um puxão



de orelha: Vossa Excelência, regimentalmente, precisa estar devidamente indumentado, paramentado, para votar, deputado! Registrado o voto de Vossa Excelência.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Registrado, presidente. É que eu emprestei o meu blazer para o deputado Paulo Corrêa, para que recaísse sobre mim essa reprimenda e não no decano Paulo Corrêa. Mas eu sei perfeitamente que estou, neste momento, em desacordo com as regras regimentais.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, há ainda uma coisinha que eu não entendi... Vossa Excelência disse que, respeitando a independência entre os poderes, esta Casa já teria solicitado ao STJ, a sei lá quem que está analisando essa acusação de corrupção dos conselheiros, agilidade nos procedimentos para se concluir uma situação vexatória, vergonhosa para o Mato Grosso do Sul. É isso?...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Oficialmente!

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Ótimo. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação...

Projeto de Lei nº 029/2025, de autoria do Tribunal de Contas.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** – Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (S.PART.) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 176/2024. Autor: deputado Gerson Claro e deputado Paulo Duarte. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012, que estabelece os valores das taxas da Tabela de Serviços do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS). Artigo 1º - A Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012, passa a vigorar com acréscimo do seguinte texto:



'Artigo 2º-B - Antes de ser aplicada a penalidade de multa às infrações de natureza leve ou média, devem ser examinadas as informações contidas no prontuário dos condutores e veículos junto do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) para avaliar a aplicação da penalidade da advertência por escrito, caso o infrator não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos doze meses.'" A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Não vou discutir, mas vou fazer um esclarecimento. Esse projeto é simples. Se o motorista leva uma multa de natureza leve ou média, mas não foi multado nos últimos doze meses, essa multa é automaticamente convertida em advertência: ele não precisa pagar nem leva os pontos. Mas isto, repito, se não tiver nenhuma multa nos últimos doze meses. A lei federal já permite isso, mas não é obrigatório. Essa lei que estamos votando obriga o sistema a converter a multa em advertência automaticamente... Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Pela ordem, presidente. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Duarte vota sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Para declarar voto, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, com a palavra a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — [microfone sem som].

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Para declarar o voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Senhor presidente, eu recebi informações de pessoas que fazem parte do Cetran, que é o Conselho Estadual de Trânsito, alegando que esse dispositivo já faz parte do Código de Trânsito Brasileiro. Entretanto, após conversar com Vossa Excelência, que me esclareceu a razão da apresentação do projeto, eu voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 176/2024, de autoria do deputado Gerson Claro e do deputado Paulo Duarte.



**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.



**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis, nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Retirado de pauta pela ausência do autor, o deputado Junior Mochi. Item 4. Em discussão única: 01 requerimento, 36 indicações e 03 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Arlindo Durval Christofano. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Paulino Farias da Silva. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Junior Mochi... não está presente. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, dou por encerrada a presente sessão (11h17mim).